



## Portugal e a globalização das migrações. Desafios de segurança

Teresa Ferreira Rodrigues

Susana de Sousa Ferreira

### Introdução

Os movimentos migratórios têm na atualidade um carácter global. Inicialmente movimentos espontâneos, o alargamento a novos espaços política e socialmente constituídos e regulamentados transformaram-nos em vetores importantes nas economias, tecido social e segurança dos povos e das nações de acolhimento. Se até há pouco tempo as migrações eram apenas matéria de política interna dos Estados, atualmente são matéria de *high-politics* nas relações internacionais.

Com efeito, as migrações internacionais apresentam-se como uma das principais características do século XXI, a que Castles e Miller chamaram “the age of migration”<sup>1</sup>. Dados recentemente divulgados pelas Nações Unidas estimam que existam 232 milhões de migrantes internacionais, que representam 3,2 % da população mundial<sup>2</sup>. Mas apesar do seu crescente número, os migrantes internacionais continuam a representar uma percentagem diminuta no total da população mundial. As migrações são a exceção e não a regra e a mobilidade humana é uma escolha de apenas alguns.

Não obstante, a sua importância nos equilíbrios do sistema internacional é significativa em termos qualitativos. Os crescentes fluxos migratórios e o seu impacto nas sociedades de origem e de acolhimento tornam pertinente o estudo do fenómeno da globalização das migrações, designadamente no caso específico português.

A globalização, enquanto processo em contínua construção, tem como resultado mais evidente a circulação global de bens, serviços e capital, bem como de informação, ideias e pessoas. Um conceito muito atual e algo controverso, a globalização afeta hoje todos os moldes em que assenta a sociedade de risco em que vivemos<sup>3</sup>.

O mundo comprimiu-se. A ideia de espaço e tempo sofreu alterações significativas nas últimas décadas, bem como o modo como as populações humanas, também elas novas populações, o percecionam e utilizam. Mau grado esta maior interconexão da sociedade internacional, mantêm-se e agudizam-se as diferenças sociais e económicas entre povos e grupos e os desequilíbrios manifestos no que concerne ao acesso a recursos naturais indispensáveis à vida humana, ao progresso e à sustentabilidade das soluções de desenvolvimento

1 CASTLES; MILLER, 2009.

2 United Nations, 2013b.

3 RODRIGUES, 2011: 1.

humano encontradas, o que gera desafios e oportunidades à sociedade de risco que caracteriza o mundo atual.

A mobilidade humana representa no século XXI um desafio e uma oportunidade. A porosidade das fronteiras e os desenvolvimentos tecnológicos (nomeadamente ao nível dos transportes e das comunicações) levam ao estreitamento do planeta, quebrando barreiras físicas e aproximando povos e nações. A importância das migrações internacionais é por demais reconhecida. Estas contribuem para o desenvolvimento económico dos países de origem (através do envio de remessas, por exemplo) e de destino (mão-de-obra barata e/ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social. Contudo, a sua centralidade e escala transnacional implicam incertezas e facilmente são associadas a riscos de segurança. A imigração é cada vez mais vista como um problema de segurança e o seu carácter global sugere a necessidade de aprofundamento do *nexus* imigração-segurança. O grande desafio consiste em encontrar pontos de equilíbrio neste binómio, evitando os discursos radicais, sem que tal preocupação faça esquecer os desafios colocados pelos movimentos migratórios, inéditos em termos de volume, motivações e destinos<sup>4</sup>.

Tendo por base as migrações internacionais e os desafios à segurança, pretendemos neste artigo: a) compreender a evolução das dinâmicas migratórias em Portugal; b) aferir os diferentes perfis migratórios; c) explorar o modo como esses diferentes perfis e tendências migratórias podem representar riscos e oportunidades para o futuro.

## 1. A globalização das migrações

O estreitamento do planeta obriga a que se reequacione a relação entre populações, desenvolvimento, mobilidade e segurança. A circulação de serviços, pessoas e capitais, ideias e informação é central a este novo “mundo em movimento”. Os avanços tecnológicos permitem encurtar distâncias, quebrando as barreiras físicas. Contudo, a nova realidade mundial é marcada por assimetrias e convergências nas mais diversas áreas. Ao mesmo tempo que se estreitam as relações entre os povos, agudizam-se as diferenças entre ricos e pobres.

Castles e Miller consideram que “[i]nternational migration is part of a transnational revolution that is reshaping societies and politics around the globe. The old dichotomy between migrant-sending and migrant-receiving states is being eroded”<sup>5</sup>. Hoje, os fluxos migratórios são cada vez mais diversos e complexos.

A economia dita as regras no mundo atual. Os diferentes ritmos de crescimento económico, as assimetrias nos padrões de desenvolvimento humano, as discrepâncias de desenvolvimento regional, juntamente com as desiguais tendências demográficas desafiam o balanço geopolítico e motivam a mobilidade humana. Mau grado a crescente interdependência económica e a expansão descontrolada dos mercados e finanças terem conduzido à atual crise económica e financeira, estes contribuíram também para a melhoria dos níveis de vida em muitos países. Todavia, o desenvolvimento económico acentuou o hiato entre países ricos e países pobres<sup>6</sup>. Este é para Moses um dos paradoxos da globalização: “*as the world draws closer together in the wake of remarkable technical, market and political developments, it is being pulled apart by growing inequalities*”<sup>7</sup>.

Estas assimetrias de crescimento, aliadas aos desequilíbrios demográficos, potenciam a migração. Como refere Newland, “[e]ntwined demographic and economic trends will change the geography of migration in the 21<sup>st</sup> century in ways that will have a profound influence on development”<sup>8</sup>. Deste modo, assistiremos no futuro próximo a uma inversão das tendências. Os países com rendimentos médios e baixos beneficiarão de um

4 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 3.

5 CASTLES; MILLER, 2009: 7.

6 FERREIRA, 2014: 3.

7 MOSES, 2006: 19. Em itálico no original.

8 NEWLAND, 2013: 3.

maior crescimento económico nas próximas décadas. Já os países que atualmente detêm altos rendimentos passarão por um crescimento mais lento do que aquele experienciado nos últimos anos<sup>9</sup>. Estas tendências económicas e as disparidades demográficas entre países e regiões configurarão a mobilidade neste século XXI.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte fomentados pela globalização e as alterações políticas, sociais e culturais a que assistimos nas últimas décadas facilitaram a mobilidade humana, pelo que, como referem Castles e Miller, “[i]nternational migration, in turn, is a central dynamic within globalization”<sup>10</sup>. A erosão das barreiras físicas e das fronteiras favorecidas pelos avanços tecnológicos permitirá a intensificação da mobilidade humana.

As migrações contribuem para o desenvolvimento económico dos países de origem (envio de remessas) e de destino (mão-de-obra barata e/ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social (maior diversidade cultural) dos países de acolhimento<sup>11</sup>. Apesar disso, poderão também ter impactos negativos nas economias dos países de origem, levando à fuga de cérebros (*brain drain*). Todavia, receios quanto às suas consequências económicas, políticas e muitas vezes ao nível da identidade, tornam os Estados relutantes em abrir as suas fronteiras. A imigração é cada vez mais vista como um problema de segurança e o seu carácter global levanta questões quanto à segurança dos indivíduos, sociedades e Estados, desafiando o paradigma da segurança humana<sup>12</sup>.

Nas regiões desenvolvidas, as migrações desempenham um papel cada vez mais importante na manutenção do crescimento da população. Ora, as migrações contribuem para atrasar o processo de envelhecimento da população nestas regiões. Contudo, as migrações por si só não resolvem este problema a longo-prazo, apenas contribuem para o desacelerar deste processo<sup>13</sup>.

Importa referir que “[m]igration affects migrants and non-migrants alike, in countries of origin, transit and destination. Some effects are felt directly at the household level, others by communities or national economies”<sup>14</sup>. O *nexus* migrações-desenvolvimento<sup>15</sup> permite-nos analisar o impacto das migrações no desenvolvimento dos países (de origem e de acolhimento) e promover o impacto positivo das migrações internacionais. Esta é uma área de estudo recente ao nível das migrações internacionais e, dada a complexidade do fenómeno migratório, deve ser tratada com o devido rigor científico, podendo as generalizações ser perniciosas. No entanto, existem já estudos e dados suficientes que nos permitem esclarecer algumas questões e retirar algumas conclusões.

As migrações internacionais contribuem significativamente para a redução da pobreza, a melhoria do acesso à saúde, educação e segurança alimentar, podendo resultar, ainda, num maior grau de independência dos próprios cidadãos. Münz salienta que é “the most efficient way of lifting people out of poverty or increasing their income by giving them better access to formal and informal labor markets”<sup>16</sup>.

O impacto das migrações no desenvolvimento está dependente do próprio conceito de desenvolvimento. A noção de “desenvolvimento humano” defendida pelas Nações Unidas assenta em “the freedom and capability of people to achieve the kind of life that they themselves value”<sup>17</sup>. Neste sentido, as migrações podem ser entendidas como um tipo de liberdade<sup>18</sup>. Os migrantes e as diásporas contribuem para o desenvolvimento dos países de origem e de destino, através do envio de remessas, do investimento, da transferência de tecnologia, inovação, competências e conhecimento<sup>19</sup>.

9 NEWLAND, 2013: 3.

10 CASTLES; MILLER, 2009: 3.

11 PEREIRA, 2009: 28.

12 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 3-4.

13 United Nations, 2013a: 8-9.

14 United Nations, 2013a: 9.

15 DE HAAS, 2009; NEWLAND, 2013; United Nations, 2013a.

16 MÜNZ, 2013: 1.

17 NEWLAND, 2013: 2.

18 NEWLAND, 2013: 2.

19 United Nations, 2013a: 9.

As diásporas, as comunidades de emigrantes e seus descendentes estabelecem as pontes entre os países de origem e de destino, tirando o maior partido dos aspetos positivos da globalização. “There is a growing consensus that migration is an integral feature of global development in the twenty-first century”<sup>20</sup>. Deste modo, os próprios Estados deveriam favorecer a mobilidade transnacional, criando “canais de migração” de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, bem como salvaguardando os direitos humanos dos migrantes e suas famílias.

Apesar dos indivíduos terem o direito de saírem e entrarem no seu próprio país, os Estados têm soberania para regular as entradas e saídas dos cidadãos estrangeiros no seu território. Todavia, poucos são os Estados que têm um enquadramento legal que facilite as migrações regulares e reduza a incidência das migrações irregulares<sup>21</sup>.

Os fenómenos migratórios não são apenas fenómenos sociais, mas também fenómenos demográficos, com impactos nas dinâmicas de crescimento populacional. A população mundial atingiu em 2011 os 7 bilhões de habitantes e tem vindo a crescer, desde o início do século XX, a uma média de 77 milhões de pessoas por ano (cerca de 1,1%). O maior crescimento populacional ocorre no Sul da Ásia, Médio Oriente e África subsaariana. Apesar disso, assistimos a um desaceleração no crescimento populacional, pelo que se projeta que após atingir os 10 mil milhões de habitantes, “the global population will start declining toward the end of the 21<sup>st</sup> century or at the beginning of the 22<sup>nd</sup>”<sup>22</sup> (Figura n.º 1).

**Figura n.º 1 – Projeções de crescimento da população mundial, 2010-2050**



Fonte: Münz, 2013: 3

20 United Nations, 2013a: 13.

21 United Nations, 2013a: 13-14.

22 MÜNz, 2013: 3.

A dinâmica de aumento demográfico neste século será marcada pelo decréscimo dos níveis de fecundidade e pelo aumento da esperança média de vida, o que provocará a progressiva generalização do envelhecimento da população, com impactos económicos e sociais que condicionarão o futuro dos países, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho e sistemas de apoio social, tal como o conhecemos hoje<sup>23</sup>.

O desequilíbrio demográfico contribui para aumentar a pressão migratória, em termos internos e internacionais. Com efeito, as migrações apresentam-se como uma das chaves para o crescimento demográfico do conjunto dos países desenvolvidos. Importa aqui considerar o conceito de “migrações de substituição”, adotado pelas Nações Unidas em 2000, que consiste na “international migration that would be needed to offset declines in the size of population, the declines in the population of working age, as well as to offset the overall ageing of a population”<sup>24</sup>. Deste modo, as migrações internacionais não só concorrem para o crescimento direto da população, como também contribuem indiretamente para um aumento dos índices de fecundidade<sup>25</sup>.

As crescentes disparidades económicas e demográficas são *predictors* de futuro ao nível das migrações internacionais. Como se distribuem as migrações internacionais na atualidade? Quais as principais tendências? Debruçar-nos-emos sobre estes tópicos de seguida.

### 1.1 A geografia das migrações internacionais

Num mundo cada vez mais interligado, em que as tecnologias permitem quebrar muitas das barreiras físicas e em que os Estados firmam entre si acordos de livre circulação de pessoas, bens e capitais, muitas são ainda as restrições à mobilidade humana. Contrariamente ao senso-comum, essas restrições são relativamente recentes. Durante séculos as populações deslocavam-se livremente entre diferentes territórios sem necessidade de vistos. Na atualidade, as migrações são frequentemente percecionadas como uma ameaça à soberania dos Estados, pelo que estes adotam medidas cada vez mais restritivas para gestão dos fluxos migratórios.

Como já referimos, 232 milhões de pessoas vivem hoje noutra país que não o seu país de origem. Destes, 59% residem nos países desenvolvidos do hemisfério Norte. Os atuais fluxos migratórios são bastante diversos e respondem às disparidades entre países ricos e pobres. Stalker considera que “[w]hile migration flows are generated primarily by wage differences, they are also distorted by social and political pressures as host communities become more resistant to new arrivals”<sup>26</sup>. Daí que assistamos atualmente a uma redução dos fluxos para a Europa e à criação de novos canais migratórios, nomeadamente no Sudoeste Asiático.

Países como os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Argentina são considerados países “clássicos” de imigração, já que a sua atual população resulta de uma imigração histórica em larga escala. Por sua vez, a Europa sempre foi palco dos movimentos migratórios, embora estes fossem predominantemente de saída. A globalização veio reverter esta tendência e, desde as últimas décadas do século XX, a Europa assiste a um intensificar dos fluxos imigratórios, tornando-se um destino preferencial. Como destino de cerca de 33% do total de migrantes internacionais, a Europa é hoje o continente mais atrativo do Mundo, embora esse facto não impeça a existência de uma enorme diversidade de situações em termos internos. No contexto europeu, a União Europeia apresenta os melhores indicadores de atratividade, embora diferentes histórias nacionais, diferentes níveis de desenvolvimento

23 MÜNZ, 2013: 2.

24 United Nations, 2001: 1.

25 As migrações oriundas de países menos desenvolvidos são as que contribuem mais diretamente para o aumento dos níveis de fecundidade, uma vez que são imigrantes que procedem de países com altos níveis de fecundidade. Contudo, ao longo do processo de integração no país de acolhimento, os padrões de reprodução das mulheres imigrantes tendem a convergir com os das mulheres da sociedade de acolhimento, pelo que o seu contributo se vai reduzindo (SALAS, 2005: 130).

26 STALKER, 2000: 33.

humano e algumas diferenças no que concerne ao modo de acolhimento desses “estrangeiros” se traduzam em alguma variedade, que as várias “políticas comuns de imigração e asilo” não conseguem anular.

O atual mapa das migrações europeias (Figura n.º 2) é caracterizado por diferentes motivações e modalidades, que explicam a existência de distintos perfis migratórios. Só recentemente os países da Europa do Sul se tornaram países atrativos para as migrações internacionais, parcialmente devido ao seu desenvolvimento económico após a entrada no projeto europeu. Portugal pertence a este grupo de países, juntamente com Espanha, Itália e Grécia.

**Figura n.º 2 – Migrantes Internacionais 2013**



Fonte: UNDP, 2013b.

Contudo, assistimos hoje a uma inversão desta tendência. A crise económica e financeira europeia e mundial afetou de modo especial os países da Europa do Sul, nomeadamente Grécia, Portugal e Espanha, pelo que desde o ano 2011 estes países registam números de emigração superiores aos de imigração, o que representa um saldo migratório negativo. Ao mesmo tempo, as economias emergentes (como Brasil, Índia e China) atraem cada vez mais os migrantes de países vizinhos, chamando a si novos fluxos migratórios<sup>27</sup>.

Na primeira década do século XXI, o *stock* global de migrantes aumentou cerca de 4,6 milhões por ano. Neste período, o continente asiático registou o maior aumento no número de migrantes internacionais (1,7 milhões por ano), seguido da Europa (1,3 milhões/ano) e da América do Norte (1,1 milhões)<sup>28</sup>. Os maiores fluxos migratórios entre países em desenvolvimento verificam-se no continente asiático, nomeadamente entre os países do Sul e Sudoeste da Ásia e os países do Conselho de Cooperação do Golfo<sup>29</sup>. Nas próximas décadas, “[p]eople will continue to move from youthful to aging societies, and from poorer peripheries to richer urban agglomerations. The current geography of migration will, however, change”<sup>30</sup>.

O mesmo autor aponta quatro razões para que se verifiquem alterações no atual xadrez migratório: 1) crescente competição por mão-de-obra qualificada, cada vez mais países procurarão competências e talento; 2) mudança nos padrões de crescimento económico, o maior crescimento económico regista-se agora nos

27 NEWLAND, 2013: 3-4.

28 United Nations, 2013b: 5.

29 United Nations, 2013b: 8.

30 MÜNZ, 2013: 1.

países com rendimentos médios e baixos, o que trará alterações aos fluxos migratórios, passando os países de origem a ser cada vez mais países de destino; 3) mais alternativas nacionais e regionais para a migração para o exterior, a melhoria da situação económica nas capitais e nos aglomerados urbanos criou alternativas domésticas para a migração internacional; 4) impacto das migrações no bem-estar e desenvolvimento, a mobilidade permite aos migrantes melhorar os seus rendimentos, acesso à educação ou à segurança pessoal<sup>31</sup>.

As políticas futuras deverão ter em conta este cenário de mudança dos fluxos migratórios e os novos desafios que os mesmos colocam. Importa, para isso, conhecer as principais tendências ao nível das migrações internacionais, para compreender melhor este fenómeno.

## 1.2 Tendências atuais

Castles e Miller, na sua obra *The Age of Migration*, apontam seis tendências ao nível das migrações internacionais: 1) globalização das migrações, a tendência para que um crescente número de países seja afetado pelos movimentos migratórios ao mesmo tempo; 2) a aceleração das migrações, aumento do volume das migrações internacionais; 3) a diferenciação das migrações, a maioria dos países não tem apenas um tipo de migrações, como as migrações laborais, refugiados ou outros, mas vários tipos de uma só vez; 4) a feminização das migrações, papel cada vez mais significativo das mulheres nos movimentos migratórios; 5) a crescente politização das migrações, cada vez mais as políticas nacionais, a segurança nacional e as relações bilaterais e regionais são afetadas pelas migrações internacionais; 6) a proliferação da transição migratória, que ocorre quando os tradicionais países de origem se tornam países de trânsito e de destino.

Os fluxos migratórios internacionais não têm apenas aumentado em volume, mas têm também sofrido alterações quanto às suas características, tornando-se cada vez mais complexos e diversos. De acordo com dados recentemente divulgados pelas Nações Unidas, podemos enunciar algumas das atuais tendências migratórias globais<sup>32</sup>:

1. Crescente importância das migrações sul-sul – é notório o crescimento dos fluxos migratórios sul-sul, que são já tão comuns quanto os fluxos sul-norte. Segundo os dados recolhidos, em 2013, 82,3 milhões de migrantes internacionais eram originários de países do sul e residiam no sul.
2. A maioria dos migrantes reside na Europa e na Ásia – a Europa continua a ser a região de acolhimento com maior número de migrantes (com 72 milhões de migrantes internacionais em 2013), mas a Ásia está no caminho para ultrapassar o “Velho Continente” (já com 71 milhões de migrantes). Como as próprias Nações Unidas constataam, “Asia saw the largest increase of international migrants since 2000, adding some 20 million migrants in 13 years”.
3. As migrações internacionais permanecem bastante concentradas – a maioria dos migrantes internacionais concentra-se em dez países, sendo os EUA os que detêm maior número (45,8 milhões), seguidos da Rússia (11 milhões), Alemanha (9,8 milhões), Arábia Saudita (9,1 milhões), Emirados Árabes Unidos (7,8 milhões), Reino Unido (7,8 milhões), França (7,4 milhões), Canadá (7,3 milhões), Austrália (6,5 milhões) e Espanha (6,5 milhões).
4. Feminização das migrações – 48% dos migrantes internacionais são do sexo feminino.

Importa ainda considerar as migrações forçadas por crises políticas ou catástrofes ambientais, que assumem grande relevância na cena internacional atual e que colocam grandes desafios à segurança

31 MÜNZ, 2013: 5-7.

32 United Nations, 2013b.

internacional. As alterações climáticas (e a conseqüente subida das águas do mar e ameaça à segurança alimentar) e as catástrofes naturais podem levar à deslocação de populações em massa, criando os chamados “refugiados ambientais” ou IDPs (*Internally Displaced People*). As migrações forçadas colocam frequentemente em causa a segurança humana desses indivíduos, que se veem privados dos seus bens.

As migrações irregulares ou ilegais são outro dos grandes dilemas da atualidade. Na verdade, “[t]oo few channels exist for legal migration. The human rights of migrants, therefore are compromised. Millions travel, live and work outside the protection of laws”<sup>33</sup>. Estes fluxos estão frequentemente associados com baixos níveis de desenvolvimento humano e são compostos por indivíduos que procuram trabalho, mas que por norma têm baixos níveis de qualificações. Os Estados consideram estas migrações como “indesejadas”, pelo que são “often seen as being at the root of public fears of mass influxes. It is therefore a catalyst for racism and is at the centre of extreme-right agitation”<sup>34</sup>.

Uma vez apresentadas as principais características das migrações internacionais, importa agora conhecer a realidade portuguesa e compreender como esta se insere no quadro internacional.

## 2. Portugal – a realidade migratória

Portugal, no quadro da Europa comunitária, não é alheio a esta realidade de mudança. País tradicionalmente de emigração, passou a ser no início da década de 1990 país recetor de imigrantes. A sociedade portuguesa conheceu grandes transformações nos últimos 40 anos, de modo especial após a sua adesão, em 1986, à União Europeia, então Comunidade Económica Europeia (CEE). As alterações de regime político e a integração no projeto europeu trouxeram consigo mudanças sociais, económicas e também demográficas, e a conseqüente modernização social. O desenvolvimento económico entre 1986 e 2000 contribuiu para a subida dos padrões de consumo e de bem-estar das famílias<sup>35</sup>. A vida dos cidadãos portugueses e os seus padrões comportamentais alteraram-se. A modernização e o progresso foram os principais atrativos para as vagas de imigrantes que começaram a afluir a Portugal a partir da década de 1990. É este diferencial de bem-estar entre os indivíduos que motiva as migrações económicas, induzindo fluxos ilimitados<sup>36</sup>. Mas embora nas últimas décadas a sociedade portuguesa tenha sofrido alterações sociais e demográficas consideráveis, “estas não foram originais [...] em relação aos restantes Estados da Europa do Sul, designadamente Estados-Membros”<sup>37</sup>.

As dinâmicas populacionais em Portugal convergem com as europeias: envelhecimento das estruturas etárias, diminuição do número de efetivos, dependência face às migrações<sup>38</sup>. Num Portugal tendencialmente envelhecido e a atravessar um período de crise económica (europeia e mundial) importa perceber as atuais dinâmicas migratórias e os desafios que elas apresentam ao seu futuro<sup>39</sup>.

### 2.1 As dinâmicas migratórias em Portugal (1990-2030)

Até ao início da década de 70 do século passado, Portugal pertencia ao conjunto de países europeus de emigração. Tal não significa que não se verificassem entradas de cidadãos estrangeiros. Contudo, os números

33 United Nations, 2013b: 2.

34 CASTLES; MILLER, 2009: 309.

35 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 30.

36 BAGANHA, 2005: 29.

37 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 31.

38 RODRIGUES; MOREIRA, 2011: 48.

39 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 6.

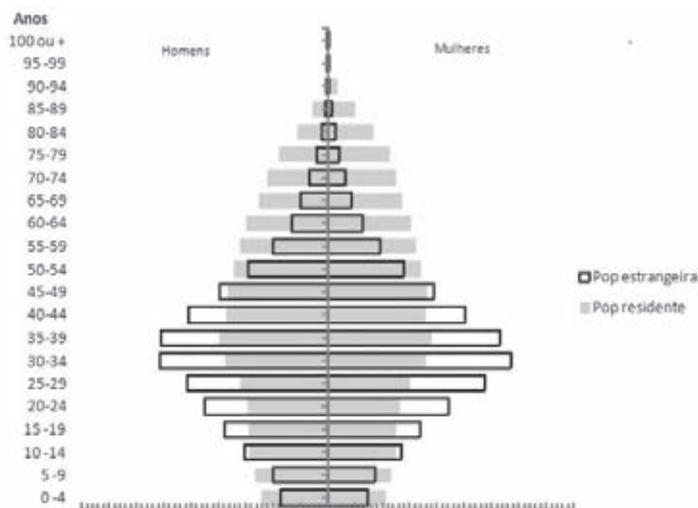
eram insignificantes quando comparados com as vagas de imigrantes que chegaram ao país a partir dos anos 80. Não obstante, ao falarmos de Portugal como novo país de imigração não podemos esquecer que a emigração é e continua a ser uma realidade no país, tendo no último ano o país registado um saldo migratório negativo. Ao mesmo tempo que as dificuldades conjunturais levam os nacionais a procurar outros países, outros há que a vêem como uma oportunidade ou mesmo como algo melhor do que o que tinham.

Em termos históricos, a imigração para Portugal, tal como para os restantes países da Europa do Sul, é uma realidade recente. Esse facto está plasmado na cronologia a que obedece a evolução do enquadramento legal das migrações no país, que só no início da década de 1980 desenvolveu uma política de imigração nacional.

Portugal tem desenvolvido políticas migratórias restritivas e seletivas nas entradas. Como esperado, essas políticas migratórias restritivas contribuíram para o aumento do total de cidadãos estrangeiros em situação irregular, embora o país não disponha de registos credíveis que permitam quantificar esse grupo. Verifica-se ainda uma resposta tardia dos governos face às mudanças regulares nas dinâmicas voláteis dos fluxos migratórios, o que leva frequentemente à criação de “bolsas de ilegais”. Torna-se necessário um melhor conhecimento das dinâmicas migratórias e das carências do mercado para que se possa definir “o perfil do/da imigrante cuja vinda se quer promover e do fluxo migratório que se permitirá entrar”<sup>40</sup>.

De acordo com o último recenseamento geral da população de 2011, residiam em Portugal 394 496 estrangeiros<sup>41</sup>, ou seja, 3,7% do total de habitantes. Ora, na última década, verificou-se um aumento de 70% da população estrangeira, que contribuiu em mais de 90% para garantir o aumento demográfico, uma vez que o saldo natural (diferença entre o total de nascimentos e óbitos) foi quase nulo<sup>42</sup>.

**Figura n.º 3 – Estrutura etária da população portuguesa e estrangeira (2011)**



40 BAGANHA, 2005: 43.

41 INE, 2012. No mesmo período, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) contabiliza 436 822 estrangeiros (ATAÍDE; DIAS, 2012: 7).

42 RODRIGUES, 2012: 205-230.

A imigração contribui para mitigar os efeitos da não renovação das gerações e do duplo envelhecimento das estruturas etárias da população e também para a manutenção da percentagem de efetivos em idade ativa. Tal como no resto da Europa, os fluxos migratórios tornam-se essenciais para garantir a manutenção do aumento populacional e para o futuro do país (Figura n.º 4). Contudo, as projeções mostram uma tendência de inversão acentuada na migração líquida a partir do quinquénio 2010-2015, podendo Portugal atingir valores quase nulos entre 2020-2025 (Tabela n.º 1).

**Tabela n.º 1 – Taxas de migração líquida<sup>1</sup> em Portugal entre 1990-2050 (%)**

| Período   | Portugal                    |                          |
|-----------|-----------------------------|--------------------------|
|           | Migração líquida (milhares) | Taxa de migração líquida |
| 1990-1995 | 30                          | 3,0                      |
| 1995-2000 | 35                          | 3,4                      |
| 2000-2005 | 36                          | 3,4                      |
| 2005-2010 | 30                          | 2,8                      |
| 2010-2015 | 20                          | 1,9                      |
| 2015-2020 | 15                          | 1,4                      |
| 2020-2025 | 10                          | 0,9                      |
| 2025-2030 | 10                          | 1,0                      |
| 2030-2035 | 10                          | 1,0                      |
| 2035-2040 | 10                          | 1,0                      |
| 2040-2045 | 10                          | 1,0                      |
| 2045-2050 | 10                          | 1,1                      |

Fonte: Elaboração própria a partir de *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.

<sup>1</sup> A Taxa Migratória Total consiste num método indireto que permite estimar a intensidade dos saldos migratórios e permite saber qual o valor residual dos diferentes movimentos, após as compensações que possam ter existido entre entradas de imigrantes e saídas de emigrantes dessa unidade. Permite uma primeira aproximação às formas de mobilidade interna, ao distinguir regiões atrativas e regiões repulsivas (RODRIGUES, Teresa – “Demografia Social e Políticas Demográficas. População, Recursos e Desenvolvimento”. Lisboa: FCSH-UNL, (no prelo)).

A atual crise económica e financeira mundial em muito contribui para estes valores, que torna estes países europeus menos atrativos, sobretudo os mais periféricos, em termos geográficos e sobretudo económicos. Paradoxalmente, a crise generalizada contribui também para a adoção de políticas migratórias europeias e nacionais mais restritivas, com vista à proteção dos postos de trabalho para os residentes nacionais<sup>43</sup>.

Mas embora distintas nas suas características, escala e áreas de recrutamento, as duas últimas décadas são marcadas por grandes alterações a nível de volume de fluxos e de perfis da imigração. Até ao início dos anos 1990 esta última era maioritariamente africana, explicada pelos laços políticos, culturais e linguísticos entre Portugal e as suas ex-colónias, composta por trabalhadores não qualificados e por quadros

provenientes da “Europa mais rica”<sup>44</sup>. No momento em que o país se torna um destino atrativo, alarga-se o espectro de recrutamento a países de origem sem ligações históricas a Portugal. Na última década, reduziu-se a importância relativa dos cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que em 2001 representavam 44% do total de imigrantes oficiais a residir no país<sup>45</sup>. Em 2011, a maior comunidade estrangeira era a brasileira, representando 28% do universo total, seguida da cabo-verdiana (10%) e da ucraniana (9%)<sup>46</sup>.

Entre 1990 e 2010, o número médio de estrangeiros residentes em Portugal vai sofrendo aumentos contínuos, mas, a partir de 2010, estes voltam a reduzir-se. Tal fica a dever-se ao acesso de muitos cidadãos estrangeiros à nacionalidade portuguesa (Lei da Nacionalidade de 2006), à recessão económica e financeira sentida no país (que se traduz na redução dos postos de trabalho, diminuição da qualidade de vida, instabilidade económica e social, entre outros), bem como à alteração das dinâmicas migratórias nos países de origem (nomeadamente Brasil e Angola)<sup>47</sup>.

**Tabela n.º 2 – Evolução da população residente em Portugal (1990-2050)**

| Portugal |      |        |        |        |        |        |        |        |        |        |      |      |      |
|----------|------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------|------|------|
| Ano      | 1990 | 1995   | 2000   | 2005   | 2010   | 2015   | 2020   | 2025   | 2030   | 2035   | 2040 | 2045 | 2050 |
| Volume   | 9925 | 10 125 | 10 336 | 10 544 | 10 676 | 10 702 | 10 623 | 10 476 | 10 309 | 10 127 | 9918 | 9668 | 9379 |

Fonte: Elaboração própria a partir de *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2010 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.

Os resultados das projeções oficiais das Nações Unidas, do Eurostat e do Instituto Nacional de Estatística não são animadores no que respeita à evolução do número de residentes. No caso português, estima-se uma redução de efetivos a partir de 2025, assumindo-se que em 2050 os volumes totais de população serão inferiores aos registados em 1990 (Tabela n.º 2). Na realidade, “[n]ão se prevê a inversão da tendência de redução gradual que caracteriza os saldos migratórios desde o início do século XXI, que continuará de acordo com os vários cenários admitidos, e que penaliza a dinâmica demográfica esperada para os próximos anos”<sup>48</sup>. Tal como no resto da Europa, os fluxos imigratórios tornam-se essenciais para garantir a manutenção do aumento populacional e para o futuro do país (Figura n.º 4)<sup>49</sup>.

44 PIRES, 2010: 48.

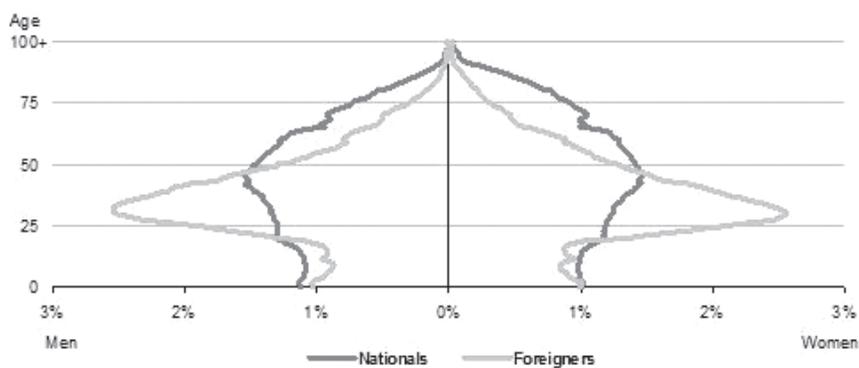
45 INE, 2012: 5.

46 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 10.

47 ATAÍDE; DIAS, 2012: 16.

48 RODRIGUES, 2010: 50.

49 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 7.

**Figura n.º 4 – Estrutura etária da população residente na UE e nacionais de países terceiros (2010)**

Fonte: Site Eurostat (Disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Migration\\_and\\_migrant\\_population\\_statistics](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics)) [consultado a 03.04.13].

### 2.1 O perfil do imigrante tipo

A caracterização do imigrante tipo permite conhecer a realidade migratória e ajuda a melhor compreender e atuar sobre o fenómeno. Representa, desta forma, um exercício útil, de carácter preventivo e simultaneamente de apoio à decisão. Tendo por base os indicadores definidos por Oliveira (2009) e os dados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2012), trabalhámos o perfil do imigrante tipo em Ferreira e Rodrigues (2013), o qual sistematizamos de seguida (Tabela n.º 3).

**Tabela n.º 3 – Portugal – Quadro de perfis migratórios**

| Indicadores                      | Portugal   |
|----------------------------------|--|
| <b>Nacionalidade</b>             | - Principais países de origem: países de língua oficial portuguesa; Europa de Leste; Europa (UE);        |
|                                  | - Principais nacionalidades: Brasil; Cabo Verde; Ucrânia e Angola.                                       |
| <b>Relação de masculinidade</b>  | - Feminização das migrações;   |
|                                  | - 52,3% da população estrangeira constituída por mulheres;   |
|                                  | - Comunidade brasileira com percentagem relativa de mulheres superior;                                   |
|                                  | - Comunidade ucraniana com percentagem relativa de homens superior.                                      |
| <b>Grupo etário</b>              | - Maioria tem entre 15 e 44 anos de idade.   |
| <b>Nível de ensino</b>           | - Maioria tem o ensino secundário;   |
|                                  | - Cidadãos dos PALOP têm as qualificações mais baixas;   |
|                                  | - Cidadãos espanhóis, britânicos e ucranianos têm as qualificações mais altas.                           |
| <b>Situação face ao trabalho</b> | - 60% da população em idade ativa;   |
|                                  | - Desempregados: 25,6%;  |
|                                  | - Principais setores de atividade: serviços e construção civil;  |
|                                  | - Comunidade chinesa: comércio a retalho e restauração;  |
|                                  | - Comunidade brasileira: restauração;  |
|                                  | - Comunidade espanhola: educação, saúde e medicina.  |
| <b>Atividades económicas</b>     | - Ramos de atividade: restauração, promoção imobiliária e construção de edifícios, e comércio a retalho. |
| <b>Distribuição geográfica</b>   | - Concentração nas zonas urbanas e na costa litoral.   |
|                                  | - Regiões: Grande Lisboa, Norte, Centro e Algarve.   |

Fonte: Elaboração própria a partir de FERREIRA e RODRIGUES, 2013.

Também em Portugal assistimos à “feminização das migrações” e segundo os Censos de 2011, a maioria da população estrangeira residente em Portugal é constituída por mulheres, as quais representam 52,3% do total.

A distribuição geográfica da população estrangeira denota a preferência pelos grandes centros urbanos e zonas mais dinâmicas em termos de emprego menos qualificado, de indústria e/ou de turismo. Mais de metade da população estrangeira residente no país (51,6%) concentra-se na região da Grande Lisboa, seguida por ordem decrescente das regiões Norte, Centro e Algarve.

O contributo dos migrantes para o rejuvenescimento das estruturas etárias e manutenção da população em idade ativa resulta do facto da população estrangeira apresentar uma estrutura etária em média mais jovem que a nacional. Na população estrangeira a idade média é de 34,2 anos na população estrangeira face a 42,1 anos na população portuguesa. As comunidades mais velhas são constituídas pelos cidadãos europeus (britânicos, espanhóis e franceses) e os mais jovens pertencem às comunidades romenas, de São Tomé e Príncipe, da Moldávia e do Brasil.

Quanto à escolaridade, os estrangeiros em idade ativa possuem de modo geral níveis de escolaridade mais elevados que os portugueses, sendo o ensino secundário o nível escolar mais representado.

Em Portugal, mais de 60% da população estrangeira encontra-se em situação ativa. A maioria da população estrangeira empregada concentra-se no setor dos serviços e da construção civil, nomeadamente limpezas em casas particulares e hotéis, vendedores em lojas, construção civil, cozinheiros, e empregados de mesa e bar.

Da população estrangeira residente no país, 38,9% encontra-se inativa. Destes, 12,7% têm idade inferior a 15 anos, 8,5% são estudantes e 6,5% reformados. Ao compararmos estes números com os da população portuguesa, verificamos uma proporção inferior de reformados face a uma maior proporção de empregados, o que não nos surpreende, atendendo às motivações de índole económica que justificam a sua vinda e permanência no território nacional.

Os números do desemprego são cada vez mais um indicador da estabilidade socioeconómica dos países. Ora, as taxas de desemprego em Portugal atingiram no final de 2012 níveis históricos de 15,7%. Sabemos que, tendencialmente, as comunidades imigrantes são as mais afetadas, uma vez que quase sempre se encontram em situações mais precárias face ao emprego, que os torna mais vulneráveis em situações de crise. Segundo o Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística, no final de 2012, cerca de 42 mil imigrantes estavam desempregados, o que representa 25,6% da população estrangeira face aos 15,8% da população geral<sup>50</sup>.

Tendo por base o perfil traçado e os indicadores analisados, Rodrigues identifica seis perfis migratórios<sup>51</sup> (Tabela n.º 4). Uma vez identificadas as principais características de cada um deles, impõe-se analisar de que forma estes podem representar algum tipo de risco à segurança no país de acolhimento.

50 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 13.

51 RODRIGUES, 2010: 66.

Tabela n.º 4 – Perfis de estrangeiros estantes em Portugal

| ORIGEM EUROPEIA-UE  | ORIGEM EUROPEIA – extra UE  |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação estável e legal</li> <li>- Média etária elevada (40+ anos)</li> <li>- Níveis de educação médios/altos</li> <li>- Níveis médios de religiosidade</li> <li>- Distribuição geográfica concentrada (AML, Algarve, Porto)</li> <li>- Boa inserção no mercado de trabalho e por sectores (embora elevada a % de inativos)</li> <li>- Grande capacidade de consumo</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Imigração recente e com estatuto legal diferenciado</li> <li>- Escasso contributo demográfico</li> <li>- Níveis de educação médios/altos</li> <li>- Crenças religiosas diversificadas</li> <li>- Distribuição geográfica difusa</li> <li>- Dificuldade de integração no mercado de trabalho qualificado (reconhecimento de habilitações)</li> <li>- Níveis de integração variáveis</li> </ul>  |
| ORIGEM NORTE-AMERICANA  | ORIGEM SUL-AMERICANA  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação estável e legal, embora pouco numerosa</li> <li>- Média etária elevada (45+ anos)</li> <li>- Níveis de educação médios/altos</li> <li>- Níveis médios de religiosidade</li> <li>- Boa inserção no mercado de trabalho e por setores</li> <li>- Quadros qualificados ou muito qualificados e reformados</li> <li>- Grande capacidade de consumo</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Imigração recente e intensa, afinidades linguísticas e históricas (Brasil, Venezuela)</li> <li>- Demograficamente jovem e com facilidade de integração (casamentos mistos)</li> <li>- Qualificações díspares: construção, hotelaria, restauração, serviços (alguns muito qualificados: marketing, publicidade, media)</li> <li>- Crenças religiosas diversificadas</li> <li>- Distribuição geográfica difusa (Portugal como destino ou passagem)</li> <li>- Risco médio de exclusão</li> </ul> |
| ORIGEM AFRICANA   | ORIGEM ASIÁTICA   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mais antiga, afinidades linguísticas e históricas</li> <li>- Comunidades consolidadas</li> <li>- Percentagens altas de irregulares (trabalho informal)</li> <li>- Jovem em termos etários e com facilidade de integração (casamentos mistos)</li> <li>- Qualificações médias/baixas: construção e serviços</li> <li>- Níveis elevados de religiosidade</li> <li>- Distribuição geográfica direcionada (AML, Algarve, Grande Porto)</li> <li>- Risco médio/alto de exclusão social</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sem impactos demográficos de relevo</li> <li>- Percentagens altas de irregulares</li> <li>- Qualificações médias/baixas: comércio, restauração, construção</li> <li>- Distribuição geográfica difusa (urbana)</li> <li>- Elevados níveis de religiosidade</li> <li>- Escassa integração a nível social (língua, costumes)</li> <li>- Padrões múltiplos (China/outros)</li> <li>- Máfias e redes diversas (tráfico ilegal)</li> </ul>   |

Fonte: Elaboração própria a partir de RODRIGUES, 2010: 66.

### 3. Migrações e riscos de segurança

As migrações internacionais apresentam-se no século XXI como um dos maiores desafios à segurança, resultado da criação de um *nexus* de ameaças cujos medos resultam na criação da “sociedade de risco”. A crescente associação das migrações às ameaças transnacionais, como o terrorismo e a criminalidade organizada, tem “a sua origem no medo perante a hipótese de mudança de referência identitária por parte das sociedades de acolhimento”<sup>52</sup>.

A imigração é frequentemente concebida pelos políticos, e restantes *managers of unease*<sup>53</sup>, enquanto ameaça à soberania dos Estados e à liberdade da sociedade, daí a sua consequente securitização. Ora, o enquadramento securitário das migrações procura responder aos desafios que as migrações internacionais colocam às relações internacionais. Quando se torna a imigração uma ameaça à segurança e à estabilidade? Tendo em mente a diferença entre ameaças reais e ameaças existenciais, Weiner propõe-nos a seguinte categorização de situações nas quais os migrantes (aqui incluindo também os refugiados) podem ser tidos enquanto ameaças<sup>54</sup>: 1) refugiados e migrantes vistos como ameaça para as relações entre o país de origem e o país de destino (principalmente quando se opõem ao regime do país de origem); 2) vistos como ameaça política ou um risco para a segurança do país de destino; 3) imigrantes e refugiados como ameaça à cultura dominante; 4) ou como problema social e económico para o país de acolhimento; 5) e, por último, utilização dos imigrantes, por parte da sociedade de acolhimento, enquanto instrumentos de ameaça contra o país de origem. Esta categorização permite uma melhor compreensão do binómio imigração-segurança e dos receios que daí advêm.

Ao analisarmos a relação imigração/segurança, estamos não só a focar a segurança do Estado, mas a segurança da sociedade como um todo e, até mesmo, a segurança dos vários grupos que a compõem (como as minorias étnicas, embora estes grupos não sejam objeto de estudo neste artigo).

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ataques bombistas em Madrid e Londres, generalizaram o sentimento de insegurança e alteraram as perceções de segurança. Com efeito, a imigração passa a ser também associada à ameaça terrorista, uma vez que a mobilidade transfronteiriça de pessoas foi central a estes acontecimentos. Dado o carácter transnacional do novo terrorismo, os terroristas integram-se frequentemente nas sociedades de acolhimento enquanto imigrantes, nalguns casos adquirindo até a nacionalidade ou cidadania<sup>55</sup>.

A imigração questiona a autonomia do Estado ao nível dos controlos fronteiriços e da identidade nacional<sup>56</sup>. A manutenção do controlo fronteiriço é necessária para manter a segurança interna (económica e social). Desta forma, a criação de uma “Europa sem fronteiras”, onde há livre circulação de pessoas, bens e serviços, parece sugerir que a Europa está internamente mais vulnerável a ameaças. Porém, a eliminação das fronteiras internas com o Acordo Schengen, em 1985, levou ao reforço das fronteiras externas. As novas tecnologias surgem como resposta às necessidades de vigilância e controlo das fronteiras e mobilidade de pessoas. Sistemas que permitem a identificação de cidadãos e o acesso aos seus registos nos vários países facilitam o controlo das movimentações transfronteiriças.

As ameaças à segurança desenvolvem-se num *nexus* de *unease* e de incerteza, criando um “estado de *unease*”<sup>57</sup>. Os Estados e profissionais de segurança respondem a estas ameaças (reais ou existenciais) recorrendo às novas tecnologias de vigilância e reforçando a legislação existente.

52 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 15.

53 Políticos, forças policiais, serviços secretos, corporações privadas e jornalistas.

54 WEINER, 1992: 105-106.

55 FERREIRA, 2013: 3.

56 ADAMSON, 2006: 176.

57 BIGO, 2002: 47.

A securitização da imigração, através do estabelecimento de normas de entrada mais restritivas e controlos fronteiriços mais apertados, através do recurso às novas tecnologias, na procura do reforço da segurança interna, leva a uma “governação insegura”, baseada em mal-entendidos. A securitização da imigração pode ser, por isso, também resultado das novas tecnologias de vigilância.

Para além do mais, a imigração ilegal<sup>58</sup> é muitas vezes tida também como fator de insegurança. Contudo, o imigrante ilegal é apenas alguém que saiu do seu país de origem mas não tem qualquer autorização para permanecer e trabalhar no país para onde se dirigiu. Nunca é de mais sublinhar que estes imigrantes são muitas vezes vítimas de máfias de tráfico de seres humanos, pelo que vêm frequentemente a sua segurança pessoal posta em causa. Os requisitos para a imigração legal são definidos pelas políticas migratórias nacionais. Assim, é ao poder político que cabe declarar a entrada de terceiros enquanto legal ou ilegal, o que faz com que numa situação de ilegalidade o imigrante se torne inimigo do político<sup>59</sup>, sendo, por isso, considerado uma ameaça.

Podemos considerar que a imigração é uma matéria política sensível, na qual os Estados têm relutância em cooperar. Por isso mesmo, a harmonização das políticas de imigração europeias, através da criação de um enquadramento jurídico comum – a política de imigração comum –, tem sido pautada por avanços e recuos. De modo a desenvolver uma política de imigração compreensiva, a UE tem procurado desenvolver uma abordagem integrada com base nos princípios da solidariedade, equilíbrio, bem como parceria com os países de origem e de trânsito, tal como definido no Programa de Estocolmo, aprovado em 2010. Esta deve ser uma abordagem global e concertada, que tem em conta todas as fases do processo migratório, daí a necessidade de cooperação entre países de origem, de trânsito e de destino. Para além disso, na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro, assistimos a um reforço e evolução da cooperação entre os Estados Membros nas matérias de Justiça e Assuntos Internos (JAI).

As migrações desafiam os conceitos de soberania dos Estados nacionais. Mas de que modo se apresentam as migrações em Portugal como uma ameaça à segurança nacional<sup>60</sup>?

- a. A existência de uma grande variedade de perfis migratórios traz consigo um alargar das diferenças culturais, étnico-religiosas, linguísticas e de valores entre as comunidades imigrantes e a sociedade de acolhimento, bem como também entre as diferentes comunidades que, no seu conjunto ou cada um por si, podem ser potenciadores de tensão social.
- b. Acrescem a estes riscos potenciais as clivagens observadas ao nível das qualificações e ocupação profissional entre os grupos, que se arriscam a gerar algum grau de insatisfação junto dos imigrantes.
- c. Assistimos à concentração dos imigrantes em determinadas zonas geográficas, o que questiona a capacidade da sociedade de acolhimento na gestão da diversidade.
- d. Observamos ainda, de acordo com diferentes instituições responsáveis pela monitorização de indicadores de criminalidade e outros comportamentos desviantes algumas certezas: “importação de comportamentos de risco (criminalidade diversa, sobretudo pequeno furto), empolada pelos *media* e causa de algum incómodo [...] junto das sociedades de acolhimento. Na confluência de várias regiões de interesse e de tensões, Portugal apresenta-se como um ponto estratégico de entrada na Europa, sendo usado como base de apoio logístico por redes internacionais de tráfico de droga, prostituição e outros”<sup>61</sup>.

58 Importa aqui distinguir os conceitos de imigração ilegal e irregular, que são frequentemente confundidos na linguagem comum. A imigração irregular compreende todos os imigrantes que entraram de forma legal num território e cuja permanência no território se tornou irregular quando deixaram passar a validade dos seus documentos. Por sua vez, a imigração ilegal refere-se àqueles imigrantes que entraram num território sem qualquer tipo de documento legal (visto).

59 BIGO, 2002: 6.

60 RODRIGUES, 2010: 90.

61 FERREIRA; RODRIGUES, 2013: 20-21.

## Considerações finais

A mobilidade de pessoas, capital, bens e serviços não é uma realidade recente. Contudo, com a globalização, estes fenómenos intensificaram-se, criando redes globais de interdependência económica e social. As novas tecnologias contribuem para a rápida transferência de ideias, serviços, bens, capitais e informação. Os Estados, economias e culturas estão cada vez mais integrados e interligados.

Ao mesmo tempo que a expansão da economia global dá acesso a melhores oportunidades de vida ao ser humano, assistimos à aplicação de maiores restrições aos movimentos transfronteiriços, que se traduz também num maior controlo dos fluxos migratórios. As crescentes disparidades quanto ao nível de vida, oportunidades de trabalho e até de segurança humana, exacerbada pela atual crise económica, têm um grande impacto nas migrações, nomeadamente de trabalhadores.

A imigração pode ser entendida como ameaça, tanto para o país de acolhimento como para o país de origem. Daí a necessidade de encontrar respostas articuladas entre ambos. Desta forma, só uma relação de cooperação que cubra as mais variadas áreas (desde a legislação, contratos de trabalho, às relações comerciais) pode criar políticas migratórias positivas.

Os migrantes, enquanto potenciais agentes de risco, afetam a segurança do Estado direta ou indiretamente. Não podemos, contudo, esquecer o importante contributo dos fluxos migratórios para a renovação demográfica, bem como para o desenvolvimento socioeconómico do Estado.

Os Estados devem apostar na criação de políticas de imigração inclusivas e compreensivas<sup>62</sup>. Políticas onde o papel e o estatuto do migrante não seja esquecido e que reconheçam as vantagens das migrações internacionais, promovendo a integração plena dos imigrantes. As medidas a adotar deverão considerar os diferentes perfis migratórios existentes, bem como a distribuição geográfica da população estrangeira no território. Para tal, deverá haver uma concertação entre poder central e poder local, e entre instituições governamentais e a sociedade civil, numa perspetiva de proximidade e promoção da uma cidadania ativa.

## Fontes e Bibliografia

- ADAMSON, Fiona B., 2006 – “Crossing Borders: International Migration and National Security”. *International Security*. N.º 31 (1), p. 165-199.
- ATAÍDE, João; DIAS, Pedro (coord.), 2012 – *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012, p. 16. Disponível em: <[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2011.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf)> [consult. 20 de ago. 2013].
- BAGANHA, Maria Ioanis, 2005 – “Política de imigração: A regulação dos fluxos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 73, p. 29-44.
- BIGO, Didier, 2002 – “Security and Immigration: Toward a critique of the governmentality of unease”. *Alternatives: Global, Local, Political*. N.º 27, p. 63-92. Disponível em: <[http://findarticles.com/p/articles/mi\\_hb3225/is\\_1\\_27/ai\\_n28906099/pg\\_1?tag=artBody;col1](http://findarticles.com/p/articles/mi_hb3225/is_1_27/ai_n28906099/pg_1?tag=artBody;col1)> [consult. 9 de nov. 2008].
- BIGO, Didier, 2006 – “Security, Exception, Ban and Surveillance” in LYON, David (ed.) – *Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond*. Devan: Willan Publishing, p. 46-69.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J., 2009 – *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World*, 4<sup>th</sup> ed. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- DE HAAS, Hein, 2009 – “Mobility and Human Development”. *Human Development Research Paper 2009/01, April*, UNDP.
- EUROSTAT. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>>.
- FERREIRA, Susana Sousa, 2014 – “Migrations and the Arab Spring – a new security nexus?”. *Human Security Perspectives*. Vol. 10, n.º 1, p. 62-90.

62 Uma política de imigração compreensiva, como defendida pela UE, implica uma abordagem que integra a imigração, não só enquanto uma política interna mas que também tem em conta as suas implicações ao nível da política externa, bem como as implicações da política externa nesta (VAN SELM, 2002: 144).

- FERREIRA, Susana S.; RODRIGUES, Teresa F., 2013 – “A Península Ibérica – Novas Migrações e Contextos Securitários (1990-2030)”. *Revista de Ciências Militares*. Vol. 1, n.º 2, p. 87-112. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/s/Cisdi/revista/Artigos/R2-9.pdf>>.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), 2012 – *A população estrangeira em Portugal*. Destaque ad-hoc, 17 de dezembro.
- MOSES, Jonathon W., 2006 – *International Migration – Globalization's Last Frontier*. New York: Zed Books Ltd.
- MÜNZ, Rainer, 2013 – “Demography and Migration: An Outlook for the 21<sup>st</sup> Century”. *MPI Policy Brief*. N.º 4.
- NEWLAND, Kathleen, 2013 – “What we know about migration and development”. *MPI Policy Brief*. N.º 9.
- OLIVEIRA, Paulo, 2009 – *O Imigrante Tipo em Portugal: Definições Conceptuais e Metodologias de Abordagem*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- PEREIRA, M. J., 2009 – *Imigração, Cidadania e Integração – Uma Análise das Políticas Públicas em Portugal na Viragem para o Século XXI*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- PIRES, Rui Pena, 2010 – *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- RODRIGUES, Teresa – “Demografia Social e Políticas Demográficas. População, Recursos e Desenvolvimento”. Lisboa: FCSH-UNL (no prelo).
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2012 – “O Futuro (in)Certo das Dinâmicas Demográficas em Portugal” in LOPES, António Figueiredo; TEIXEIRA, Nuno Severiano; VIANA, Vítor Rodrigues (coord.) – *Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 205-230.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2010 – “Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal”. *IDN Cadernos*. N.º 2. Disponível em: <[http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno\\_2.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf)>.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2010 – *Globalização, População e Ambiente*. Instituto de Altos Estudos, Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Academia das Ciências, Lisboa. Disponível em: <[http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1736](http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1736)>.
- RODRIGUES, Teresa F.; MOREIRA, Maria João G., 2011 – “Portugal e a União Europeia: Mudanças Sociais e Dinâmicas Demográficas” in RODRIGUES, Teresa F.; PÉREZ, Rafael G. (coord.) – *Portugal e Espanha – Crise e Convergência na União Europeia*. Parede: Tribuna da História.
- SALAS, Beatriz L., 2005 – “La contribución demográfica de la inmigración: el caso de España”. *Política y Cultura*. N.º 23, p. 121-143.
- SANCHES, Aniete Costa, 2013 – *As Dinâmicas Demográficas e as Assimetrias Socioeconómicas no Mediterrâneo. Implicações para as Migrações (1950-2050)*. Lisboa (dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- STALKER, Peter, 2000 – *Workers without Frontiers. The Impact of Globalization on International Migration*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- United Nations (UN), 2013a – “International migration and development”. Report of the Secretary General, 25 July.
- UN, 2013b – “232 million international migrants living abroad worldwide – new UN global migration statistics reveal”. UN Press Release, 11 September 2013.
- UN, 2001 – *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?* New York: United Nations Publication.
- UNDP, 2013a – *World Population Prospects: The 2012 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>> [consult. 13 de jul. 2013].
- UNDP, 2013b – *International Migration 2013 Walchart*. New York: United Nations.
- VAN SELM, Joanne, 2002 – “Immigration and Asylum or Foreign Policy: The EU's Approach to Migrants and their Countries of Origin” in LAVENEX, Sandra; UÇARER, Emek M. (ed.) – *Migration and the Externalities of European Integration*. Oxford: Lexington Books, p. 143-160.
- WEINER, Myron, 1992 – “Security, Stability, and International Migration”. *International Security*. N.º 17 (3), p. 91-126.